

PREVENÇÃO CRIMINAL PELO DESIGN DO AMBIENTE (CPTED) E MEDO DO CRIME NO ENTORNO DE UM CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN (CPTED) AND FEAR OF CRIME AROUND A HOMELESS SERVICE CENTER

PREVENCIÓN CRIMINAL A TRAVÉS DEL DISEÑO AMBIENTAL (CPTED) Y MIEDO AL DELITO EN EL ENTORNO DE UN CENTRO DE ACOGIDA PARA PERSONAS EN SITUACIÓN DE CALLE

Daniele de Sousa Alcântara¹ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Isângelo Senna² 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Douglas de Araújo Martins³ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Jasiel Tavares Fernandes⁴ 

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo avaliar o medo do crime em uma área do Distrito Federal que tem demandado de forma constante a atuação geral do poder público, no que se refere à assistência social e à segurança pública. Trata-se da área onde se encontra o Centro POP de Brasília, sendo um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES-DF), dedicado ao atendimento especializado de pessoas em situação de rua. Sua principal função é oferecer suporte socioassistencial, promovendo a dignidade, a cidadania e a reintegração social desse público. Nesse contexto, o presente trabalho teve por objetivo analisar os princípios básicos da CPTED e sua relação com o medo do crime, tendo como campo de pesquisa a área do Centro Pop de Brasília. Para tanto, foi realizada pesquisa com aplicação de questionários a 214 respondentes, entre moradores, usuários do Centro POP, estudantes, transeuntes e trabalhadores. Os resultados obtidos apontaram para uma correlação estreita entre desordens físicas e sociais, criminalidade e medo do crime. Na percepção dos respondentes, a ausência de cuidados da região impacta em níveis elevados de insegurança.

Palavras-chave: prevenção criminal, CPTED, medo do crime, pessoas em situação de rua, medo altruísta

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Major da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Assessora Especial de Políticas Públicas e Segurança Cidadã da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do DF. **Contato:** alcantara.daniele@gmail.com.

² Doutor e mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Tenente-Coronel da da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Coordenador de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da Subsecretaria de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do DF.

³ Especialista em Segurança Pública pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Engenheiro Elétrico pela Universidade de Brasília (UnB), Engenheiro Civil pelo Instituto Superior do Planalto. Major da PMDF.

⁴ Mestrando em Alta Gestão em Segurança Internacional, Especialista em Gestão Estratégica em segurança pelo Instituto Superior de Ciências Policiais, ISCP, Brasil. Subsecretário de Políticas Públicas de Segurança na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

ABSTRACT

This article aimed to assess the fear of crime in an area of the Federal District that has consistently demanded the attention of public authorities, particularly regarding social assistance and public security. The study focused on the area where the Brasília POP Center is located — a Specialized Reference Center for the Homeless Population, linked to the Secretariat of Social Development of the Federal District (SEDES-DF), dedicated to providing specialized services to people experiencing homelessness. Its main function is to offer social assistance support, promoting dignity, citizenship, and the social reintegration of this population. In this context, the present study aimed to analyze the basic principles of CPTED and their relationship with the fear of crime, using the area surrounding the Brasília POP Center as its field of research. To this end, a survey was conducted with 214 respondents, including residents, users of the POP Center, students, passersby, and workers. The results revealed a strong correlation between physical and social disorder, criminal activity, and fear of crime. According to respondents, the lack of care in the region contributes to high levels of insecurity.

Keywords: crime prevention, CPTED, fear of crime, altruistic fear, person experiencing homelessness

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo evaluar el miedo al delito en una zona del Distrito Federal que ha exigido de forma constante la actuación general del poder público, especialmente en lo que respecta a la asistencia social y la seguridad pública. Se trata del área donde se encuentra el Centro POP de Brasilia, un Centro de Referencia Especializado para la Población en Situación de Calle, vinculado a la Secretaría de Desarrollo Social del Distrito Federal (SEDES-DF), dedicado a la atención especializada de personas en situación de calle. Su función principal es ofrecer apoyo socioasistencial, promoviendo la dignidad, la ciudadanía y la reintegración social de esta población. En este contexto, el presente trabajo tuvo como objetivo analizar los principios básicos de la CPTED y su relación con el miedo al delito, teniendo como campo de investigación el área del Centro POP de Brasilia. Para ello, se realizó una encuesta con la aplicación de cuestionarios a 214 personas encuestadas, entre residentes, usuarios del Centro POP, estudiantes, transeúntes y trabajadores. Los resultados obtenidos indicaron una estrecha correlación entre el desorden físico y social, la criminalidad y el miedo al delito. En la percepción de los encuestados, la falta de cuidado en la región impacta en altos niveles de inseguridad.

Palabras-clave: prevención del delito, CPTED, miedo al crimen, miedo altruista, persona en situación de calle

1 INTRODUÇÃO

Em uma capital concebida para simbolizar modernidade e ordem, a presença de áreas marcadas por abandono, desordens físicas e vulnerabilidade social revela contradições profundas na gestão do espaço urbano. A região onde se localiza o Centro POP de Brasília (referência no atendimento à população em situação de rua) exemplifica esse paradoxo: um território onde a fragilidade da infraestrutura urbana e a invisibilidade social convergem para produzir um ambiente propício ao medo, à insegurança e à estigmatização.

Compreender como o desenho ambiental interfere na percepção do crime constitui,

nesse cenário, uma ferramenta estratégica para a formulação de políticas públicas mais humanas, eficazes e inclusivas. Este estudo busca iluminar essas relações, ao analisar, sob a ótica da CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), os fatores urbanos que contribuem para o aumento da sensação de insegurança entre os diversos usuários da área.

A investigação parte do estudo de caso do Centro POP de Brasília e seu entorno, com o objetivo de responder a duas questões centrais: o desenho urbano da região favorece a ocorrência de crimes, especialmente os de oportunidade? E, em caso afirmativo, esses elementos influenciam na intensificação do medo do crime? Parte-se da hipótese de que espaços públicos com sinais evidentes de abandono e desordem — sobretudo no que diz respeito à vigilância e à manutenção — estão diretamente associados à maior percepção de insegurança e à sensação de exposição à violência urbana.

A escolha do local se justifica pela recorrência de sinais de degradação em múltiplas dimensões, como mato alto, lixo acumulado, estruturas deterioradas e a presença visível de pessoas em situação de rua, muitas delas vivendo em barracas improvisadas e em condições precárias. A área abriga uma população heterogênea, composta por moradores, transeuntes, usuários do Centro POP, estudantes e trabalhadores, o que permite explorar múltiplas percepções sobre o medo do crime.

Ao captar essas percepções, o estudo também fornece subsídios relevantes para os órgãos de segurança pública e demais agentes do Estado, permitindo uma leitura qualificada da dinâmica criminal local e a elaboração de estratégias de intervenção mais sensíveis ao território, complementando as ações tradicionais de policiamento.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar os princípios fundamentais da CPTED e sua relação com o medo do crime, a partir do caso do Centro POP da Asa Sul, em Brasília. Para isso, são apresentados os principais aspectos da política de segurança pública, uma breve conceituação da CPTED, reflexões sobre o medo, os resultados da pesquisa empírica e, por fim, as considerações conclusivas.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre os princípios da Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e a percepção de medo do crime em espaço urbano vulnerável, situado no entorno de um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua no Distrito Federal.

Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os níveis de medo do crime, incluindo o medo pessoal e o medo altruísta; (2) avaliar a percepção dos usuários sobre os elementos do ambiente urbano associados à CPTED; e (3) verificar se há diferenças significativas nessas percepções segundo características sociodemográficas e

experienciais da população respondente.

Ao integrar o enfoque ambiental com a análise do medo do crime, o estudo visa oferecer subsídios empíricos para a formulação de estratégias de prevenção situacional baseadas em evidências, com foco na promoção da segurança urbana e na gestão de territórios vulneráveis.

Nesse sentido, a fundamentação teórica do estudo se apoia nos aportes da criminologia ambiental, com ênfase na metodologia CPTED e nas teorias contemporâneas sobre o medo do crime. A seguir, serão discutidos os conceitos que sustentam a análise proposta, com destaque para os princípios da prevenção situacional, os mecanismos que influenciam a percepção de risco e a relação entre desordem urbana e insegurança.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Política Distrital de Segurança Pública

Com a publicação da Lei 13.675/2018, que versa sobre a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), foi definido um grande marco em diretrizes para o enfrentamento à criminalidade, sendo esta uma grande preocupação para as políticas de segurança pública no Brasil. Instituiu-se também, a partir daí, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que tem como objetivo uniformizar a segurança pública em âmbito nacional, por meio da integração dos órgãos de segurança da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dentre as diretrizes da Política Nacional, destaca-se o foco no fortalecimento das ações de prevenção com ênfase para os grupos vulneráveis:

Art. 5º São diretrizes da PNSPDS:

[...]

III - fortalecimento das ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis;

[...]

VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública, em consonância com a matriz curricular nacional;

[...]

X - atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;

[...] (Brasil, 2018)

O mesmo dispositivo apresenta como objetivos e estratégias:

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

[...]

IV - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis;

[...]

Art. 7º A PNSPDS será implementada por estratégias que garantam integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública (Brasil, 2018).

No âmbito distrital, a Lei 13.675/2018 foi a grande baliza para a elaboração e publicação da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no DF, Lei 6.456/2019, onde foram reforçados os parâmetros da lei federal:

Art. 4º São diretrizes da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social:

[...]

IV - fortalecimento das ações de prevenção, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis;

[...]

VI - formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública e de defesa social, em consonância com a matriz curricular nacional;

[...]

IX - atendimento prioritário, especializado e qualificado às pessoas em situação de vulnerabilidade;

[...]

XXI - incentivo à criação e à institucionalização de programas e projetos para atendimento às mulheres vítimas de violência e que possuam medida protetiva, em visitas domiciliares, com foco em garantir a efetividade da Lei Maria da Penha e reprimir eventuais atos de violência doméstica mediante instrumento de cooperação ou convênio;

XXII - capacitação dos profissionais de segurança pública para o correto e eficaz atendimento às mulheres vítimas de violência com medida protetiva;

[...]

Art. 5º São objetivos da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social:

I - estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas aos grupos vulneráveis;

[...]

XIV - realizar estudos e diagnósticos para acúmulo de informações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas de segurança que busquem a prevenção e o combate à violência doméstica e contra as mulheres;

[...] (Distrito Federal, 2019)

Na continuidade da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, foi publicado o Decreto 42.831/2021, aprovando o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, o PDISP, que entre outras tantas dimensões importantes, apresenta como fundamentos:

Art. 6º O PDISP tem por finalidade aprimorar os resultados da Segurança Pública do Distrito Federal, devendo, para o estabelecimento dos seus objetivos, estratégias e iniciativas considerar os seguintes fundamentos:

I - constante redução da criminalidade;

II - diminuição do medo do crime, proporcionando à sociedade maior sensação de segurança, bem como o aumento da confiança nas instituições de segurança pública;

III - continuidade das políticas públicas de segurança pública em desenvolvimento, destinadas à diminuição de crimes contra o patrimônio (CCP) e à redução dos crimes violentos letais intencionais (CVLI), em especial, o feminicídio;

IV - aprimoramento de um conjunto de políticas e práticas, com enfoque na prevenção, na repressão qualificada, na participação social e na integração entre as

forças de segurança pública;
[...] (Distrito Federal, 2021)

Ainda mais recente, com o advento do Decreto nº 45.165/23, foi lançado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) o Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral, que trata da articulação com a sociedade civil e atuação conjunta dos órgãos governamentais e não governamentais. O programa tem atuação em seis eixos: Cidade Mais Segura, Escola Mais Segura, Cidadão Mais Seguro, Mulher Mais Segura, Servidor Mais Seguro e Campo Mais Seguro (Distrito Federal, 2023).

No âmbito deste estudo, o eixo “Cidade Mais Segura” se sobressai por seu papel pioneiro na implementação de estratégias de prevenção criminal baseadas no Design Ambiental (CPTED) (Senna, Iglesias, Matsunaga, 2025). As ações empreendidas no escopo da CPTED visam abordar desordens públicas para mitigar o medo, reduzir as oportunidades para ações de criminosos e promover o bem-estar coletivo. Ilustra essa abordagem, a ação contínua “DF Livre de Carcaças”, iniciativa coordenada pela SSPDF, com o apoio de diversos órgãos distritais, que exemplifica a intervenção no espaço público para otimizar a sensação de segurança por meio da remoção de veículos abandonados e depredados.

Adicionalmente, a Polícia Militar do Distrito Federal demonstra vanguarda em suas atribuições de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Seu Plano Estratégico 2023-2034 já incorpora a previsão do desenvolvimento e implementação de um programa de capacitação em CPTED para seus policiais militares (PMDF, 2022).

Conjuntamente, essas explanações evidenciam um planejamento estratégico no Distrito Federal que integra a arquitetura urbana como ferramenta contra a violência, com a expectativa de que intervenções no espaço público contribuam para a redução dos índices de criminalidade e para a diminuição substancial do medo do crime.

2.2 CPTED, conceito e estratégias

A Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) pode ser entendida como o conjunto de ações e providências a serem adotadas com o objetivo de reduzir as chances do cometimento de delitos, por meio de alterações no *layout* urbano, contribuindo, dessa forma, com o aumento da sensação de segurança (Bondaruk, 2007). Os primeiros elementos da CPTED começaram a ganhar contorno na década de 1960, no entanto, só recebeu a denominação que conhecemos hoje em uma obra homônima de C. Ray Jeffery (Cozens; Love, 2015).

Com o passar do tempo foram surgindo outros conceitos e novos elementos foram adicionados, mas sempre mantendo os aspectos iniciais de mesma natureza. Assim, surgiram

expressões como: espaços defensáveis, prevenção criminal através do desenho urbano, arquitetura contra o crime, prevenção criminal através do ordenamento urbano, entre outras (Neto; Vieira, 2014).

Já em sua fase inicial, o modelo da CPTED recebeu críticas de pesquisadores e profissionais da área (criminologistas e cientistas) por focar excessivamente nos aspectos físicos do ambiente (Cozens; Saville; Hiller, 2005). Assim, novos elementos foram adicionados, principalmente aqueles relacionados à dimensão social, evoluindo para o que se denomina 2^a geração da CPTED. Posteriormente, a abordagem avançou para a 3^a geração da CPTED (Mihinjac; Saville, 2019). Esta vertente propõe um modelo holístico e integrado que transcende o foco situacional e a ecologia social, priorizando a habitabilidade (liveability) ao integrar motivações e aspirações humanas no planejamento urbano, visando à saúde pública, sustentabilidade e, em última instância, à melhoria da qualidade de vida dos residentes. Atualmente, a CPTED demonstra-se como uma estratégia flexível e dinâmica, que aborda de forma interconectada as dimensões física, social, comunitária e a promoção da habitabilidade como fatores cruciais de prevenção criminal (Letch *et al.*, 2011).

A partir da compreensão do conceito de CPTED, faz-se essencial a abordagem de suas dimensões operacionais. Embora o campo da CPTED seja dinâmico e em constante evolução, as principais dimensões tradicionalmente reconhecidas e aplicadas são: a territorialidade; a manutenção; a vigilância (natural ou formal); o controle de acesso e o fortalecimento do alvo (*target hardening*); a justaposição geográfica; e o *wayfinding* (Senna, 2022). Tais princípios guiaram o planejamento e o design de ambientes visando à prevenção do crime, a redução do medo e a promoção do bem-estar comunitário.

A territorialidade visa transmitir a ideia de que o espaço tem proprietário, ou seja, significa afirmar que as pessoas devem proteger os espaços com a finalidade de inibir a incidência de crimes e o aumento de desordens públicas (Cozens; Saville; Hillier, 2005). Elementos como cercas, portões e espaços ornamentados são instrumentos que reforçam a territorialidade e aumentam o sentimento de pertencimento do ambiente.

Outra dimensão da CPTED é a manutenção, que está relacionada à Teoria das Janelas Quebradas (Wilson; Kelling, 1982). Os ambientes que possuem ausência de cuidados estão mais suscetíveis a depredações e práticas não desejáveis. Um espaço bem cuidado traduz-se em uma das principais estratégias de prevenção com foco no ambiente.

A vigilância tem como objetivo passar para o infrator a sensação que está sendo vigiado, e dessa forma, diminuir o intento da atividade criminosa, atuando de forma preventiva. Pode ser vista de três formas: vigilância natural (realizada por moradores e transeuntes); formal

(policiais e vigilantes treinados); e mecânica, composta por circuitos fechados de TV e iluminação (Tasca, 2013).

No âmbito das dimensões da CPTED, o controle de acesso e o fortalecimento do alvo (*target hardening*) representam estratégias cruciais destinadas a limitar a circulação de indivíduos não autorizados em um determinado ambiente. O controle de acesso é implementado por meio da criação de barreiras tanto perceptíveis quanto físicas, que têm a função de guiar fluxos e restringir entradas. Essas barreiras podem incluir elementos como cercas, muros, portões e dispositivos de trancamento. Paralelamente, o *target hardening* concentra-se em aumentar a resistência física de potenciais alvos de crime, tornando-os menos atrativos ou acessíveis aos infratores através de reforços estruturais e dispositivos de segurança. Ambas as estratégias, ao elevarem o esforço e o risco inerentes à prática criminal, atuam como importantes mecanismos de dissuasão (Crow, 1991).

Em termos de delimitação de área, a justaposição geográfica diz respeito ao fato de que os impactos negativos das desordens físicas não ficam restritos às áreas onde ocorrem. Os espaços influenciam os seus arredores, da mesma forma em que são influenciados por eles (Silva *et al.*, 2013).

Por fim, o *wayfinding* traduz-se no percurso a ser realizado entre o ponto de saída e a chegada (Matsunaga *et al.*, 2024). Conhecer previamente o caminho implica em reduzir os percalços negativos durante o trajeto. Esta dimensão está vinculada à navegação dentro do ambiente.

2.3 CPTED e o Medo do Crime

O medo, inerente à condição humana, desencadeia uma série de reações que colocam o indivíduo em estado de alerta diante de uma ameaça ou perigo percebido. Nesse aspecto, a manifestação do medo pode ser considerada necessária para a autoproteção; todavia, quando se torna excessivo e contínuo, ele assume um caráter prejudicial, impactando negativamente na qualidade de vida (Hale, 1996).

Para além de seu enfoque emocional, outras dimensões se relacionam intrinsecamente ao medo do crime, como a percepção do risco de vitimização e as consequentes respostas comportamentais (Senna, 2022). É imperativo destacar a interligação emocional entre o ambiente, a percepção de risco e o medo, que se manifesta em preocupações cotidianas (Chon; Wilson, 2016). Adicionalmente, distingue-se o medo do crime situacional, ativado por condições específicas de estresse e diretamente vinculado ao ambiente físico e social, do medo do crime disposicional, que se caracteriza por ser mais duradouro e orienta uma sensação

generalizada de insegurança (Gabriel; Greve, 2003).

O medo do crime se manifesta em diferentes facetas, incluindo o medo pessoal, que corresponde ao receio direto de ser vítima de um crime, e o medo altruísta, também conhecido como medo vicário (Heber, 2009; Senna *et al.*, no prelo). Este último refere-se à preocupação com a segurança de pessoas próximas ou de membros da comunidade, mesmo quando o indivíduo não foi diretamente vitimizado. Essa dimensão do medo, ao transcender a experiência individual de vitimização, intensifica a percepção geral de insegurança. Fato é que, independentemente de sua natureza pessoal ou vicária, o medo afeta substancialmente a saúde física e mental do cidadão, desencadeando efeitos biológicos de estresse e impondo significativas limitações à sua vida ativa e bem-estar. Dessa forma, a mitigação do medo do crime constitui um fator crítico para a promoção da qualidade de vida, demandando da segurança pública a elaboração e implementação de estratégias eficazes de enfrentamento.

Nessa perspectiva, diversos estudos têm demonstrado uma correlação entre a percepção do medo vivenciada pelas pessoas e a presença de desordens de cunho físico e social no ambiente (Costa; Durante, 2019; Lorenc *et al.*, 2012; Marzbali; Abdullah; Tilaki, 2016; Senna; Iglesias; Matsunaga, 2025). Assim, elementos de desorganização do espaço físico e social transmitem a impressão de um local abandonado, sem cuidados e, consequentemente, mais vulnerável à ação de criminosos.

Conforme dito anteriormente, uma das abordagens eficazes para a prevenção criminal no ambiente, que contribui diretamente para a melhoria da sensação de segurança, é a Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED). Esta metodologia opera através de dimensões fundamentais que incluem: territorialidade, manutenção, vigilância, controle de acesso e fortalecimento do alvo (target hardening), justaposição geográfica e wayfinding.

Diante desse cenário e da relevância do tema, torna-se imperativo avaliar a correlação existente entre desordens físicas e sociais, criminalidade e a percepção do medo em contextos urbanos. Para tanto, este estudo realizou um *survey in loco* com o objetivo de mensurar todas essas variáveis na região onde está instalado o Centro POP de Brasília. Esta unidade, referência no atendimento à população em situação de rua, está localizada no SGAS 903, Asa Sul. O ambiente de estudo é complexo, compreendendo, além da edificação governamental, unidades de ensino, quadras comerciais, residências e áreas de lazer comunitárias.

Com base nesse arcabouço conceitual, partimos do pressuposto de que a percepção de medo do crime em espaços públicos pode ser influenciada por características do ambiente físico e social, conforme descrito pelos princípios da CPTED. A articulação entre tais princípios e variáveis sociodemográficas e experienciais dos usuários permite identificar padrões de

insegurança percebida, os quais são analisados empiricamente por meio da aplicação de instrumentos psicométricos em campo, conforme descrito a seguir.

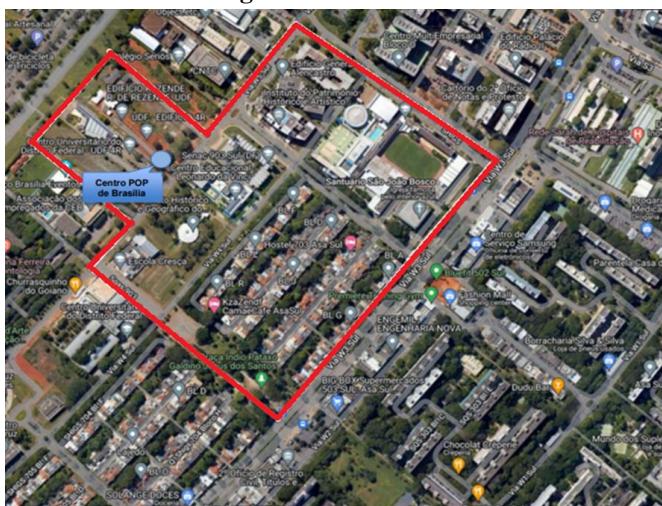
3 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo realizado buscou avaliar as variáveis da CPTED e seus impactos no medo do crime na área do Centro POP de Brasília e suas adjacências. O Centro POP de Brasília foi selecionado como local de pesquisa por apresentar um cenário marcado por desordem urbana, acúmulo de lixo, presença de mato alto e falta de manutenção dos espaços públicos. A escolha se justifica, portanto, pela necessidade de analisar como essas características do ambiente impactam a percepção do medo, a vitimização e o acesso aos direitos dessas populações. O estudo contou com questionário adaptado ao local de aplicação, utilizando-se como referência o Inventário CPTED para Espaços Públicos – ICEP e a Escala de Medo Situacional do Crime para Espaços Públicos - EMSCEP, confeccionados, validados e já aplicados em outros pontos do Distrito Federal (Senna, 2017).

3.1 Do local da Pesquisa

A figura 1 indica a área de estudo, que foi delimitada tendo como ponto focal o Centro POP de Brasília. Pensando na justaposição geográfica, ou seja, na inserção da edificação no ambiente, a poligonal foi estendida para além dos limites da edificação, permitindo agregar os espaços adjacentes ao estudo. De maneira detalhada foram contempladas as áreas adjacentes ao Centro Pop.

Figura 1: Área de estudo.



Fonte: Google Earth (2024)

3.2 Dos aplicadores e dos instrumentos de pesquisa

Sete servidores da Subsecretaria de Integração de Políticas em Segurança Pública (SUBISP), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, realizaram a aplicação presencial dos questionários estruturados junto aos participantes. Trata-se de um levantamento do tipo survey, no qual os respondentes preencheram os instrumentos individualmente, com o auxílio dos aplicadores apenas para eventuais esclarecimentos de dúvidas. Os servidores envolvidos já possuíam experiência prévia nesse tipo de coleta e foram previamente instruídos pelos autores quanto aos objetivos do estudo e à padronização do procedimento de aplicação.⁵

Os instrumentos foram divididos em quatro partes principais, sendo: uma primeira seção dedicada ao perfil do(a) entrevistado(a), rotinas e hábitos na área de estudo (3 itens); uma segunda seção relacionada a experiências com crimes, desordens públicas e comportamentos antissociais, com o objetivo de avaliar as variáveis relacionadas à temática da CPTED (10 itens); uma terceira parte sobre o medo do crime/sensação de segurança, confeccionada para investigar a medida do medo situacional geral e medir tanto o medo pessoal como o altruísta (18 itens); e, por fim, o(a) entrevistado(a) era instigado(a) a responder se ele(a) ou uma pessoa próxima já tinha sido vítima da ação de criminosos, bem como informar o sexo, estado civil, grau de escolaridade, se possui filhos menores de 13 anos, idade, ocupação e local de residência (10 itens). Além dos campos anteriores, os instrumentos dispõem de locais para identificação dos aplicadores, data e horário. Nas seções “II” e “III” os itens foram julgados em uma escala de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”.

3.3 Dos Procedimentos de Coleta de Dados e dos Participantes

As equipes estiveram em campo no período de 18 a 22 de dezembro de 2023, e nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2023. Após o *briefing* inicial, foi realizada uma caminhada pelo local de estudo, o que possibilitou ajustar as estratégias da abordagem e uniformizar o conhecimento da área pelos aplicadores do instrumento.

Em um segundo momento, foram formadas duas equipes que se revezaram e aplicaram questionários fechados nas áreas do Centro POP, nas quadras comerciais, na quadra residencial e nos espaços públicos (áreas verdes, praças e locais de lazer). Para tanto, os aplicadores

⁵ Agradecemos aos(as) servidores(as) da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) que colaboraram de forma essencial na aplicação dos questionários desta pesquisa. Sua dedicação, profissionalismo e sensibilidade foram fundamentais para a realização do trabalho de campo, contribuindo significativamente para a qualidade e a fidedignidade dos dados coletados.

utilizaram uma versão impressa do instrumento, com o apoio de papel e caneta, e as respostas foram aut preenchidas pelos participantes diretamente nos formulários impressos.

No que se refere ao público, a coleta de dados foi realizada de forma diversificada, incluindo moradores, trabalhadores, usuários do Centro POP e transeuntes que estavam de passagem, mas que conhecem o local. No total foram entrevistadas 214 pessoas, incluindo 70,1% (n= 150) de homens e 29,9% (n= 64) de mulheres. A grande maioria dos respondentes corresponde a moradores da região 28,0% (n=60) e usuários do Centro POP 26,6% (n= 57). O intervalo das idades variou entre 13 e 91 anos ($m = 42$; $dp = 16$). Quanto ao estado civil, 43% (n=92) das pessoas disseram ser solteiras e 38,3% (n=82) casadas, o restante nas categorias de divorciada, namorando ou viúva. Quanto ao nível de escolaridade, mais da metade respondeu ter ensino superior completo (35%, n=75) e ensino médio completo (22 %, n=47). Dos respondentes, 69,6 % (n=149) não têm filhos menores que 13 anos. Quanto ao quesito ocupação, 18,2% (n=39) declararam que estão desempregados, 15% (n=32) são comerciantes, 10,3% (n=22) servidores públicos, 10,3% (n=22) estudantes, e o restante dos respondentes apontou outras ocupações.

3.4 Dos Procedimentos para análise dos dados

Coletados os dados, as análises estatísticas foram realizadas de forma descritiva e inferencial uni e multivariadas (regressões lineares simples e múltiplas, além de testes t) com a utilização dos recursos do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 29,0 (IBM Corp., Armonk, USA).

3.5 Delimitações e potenciais limitações metodológicas

O presente estudo adotou um delineamento transversal, com aplicação de questionários estruturados em campo, visando captar a percepção dos usuários sobre o ambiente urbano e o medo do crime em um território específico. Embora os instrumentos utilizados tenham respaldo psicométrico e a coleta tenha seguido protocolos padronizados, algumas limitações devem ser reconhecidas. A amostra foi composta por frequentadores espontâneos do local, sem controle probabilístico de seleção, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, por se tratar de um espaço de elevada rotatividade, não foi possível estratificar subgrupos de forma equilibrada quanto a fatores como escolaridade e vínculo com a região. Ainda assim, os dados obtidos são valiosos para compreender padrões locais de percepção de insegurança e orientar intervenções situacionais com base em evidências.

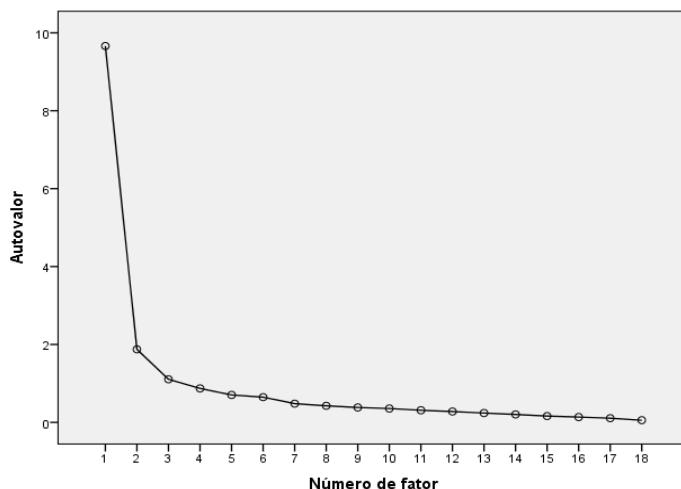
4 RESULTADOS

Esta seção apresenta os principais achados do levantamento realizado com os usuários do espaço urbano analisado. Os resultados estão organizados em três eixos: (1) níveis de medo do crime, (2) percepção dos elementos relacionados à CPTED e (3) análise das diferenças significativas segundo características sociodemográficas e experienciais. Os dados são apresentados em tabelas, seguidos de comentários descritivos que servirão de base para a análise crítica desenvolvida na próxima seção.

Antes de iniciar a análise no SPSS, foi realizada a inspeção de todo o banco de dados em busca de erros de digitação, garantindo a uniformização e evitando equívocos na contagem por parte do programa. Outra avaliação realizada foram os dados omissos e, nesse ponto, nenhuma variável apresentou dados acima de 5%. Como próximo passo foram feitas as verificações necessárias e que são anteriores aos testes inferenciais paramétricos. Esses testes permitiram apurar se as variáveis pesquisadas estão ou não associadas entre si. Acerca dos itens que indicam a sensação de segurança, quanto maior o escore, maior o medo do crime. Por essa razão, os quesitos “se sentiriam seguros em frequentá-lo (C2)?”; “o acharia seguro para crianças (C7)?”; e, “consideraria esse local seguro para essa pessoa (C16)?”⁶, foram invertidos, conforme sugere Field (2013).

Em busca de valores discrepantes (*outliers*) foi realizada análise da estrutura, por meio de inspeção de gráficos *boxplots*. De acordo com os critérios observados por Hoaglin e Iglewicz (1987), não foram identificados casos extremos persistentes entre as variáveis. Outras observações foram as análises fatoriais exploratórias com o objetivo de reduzir os itens em fatores para o conjunto dos 18 itens da Escala de Medo Situacional do Crime (EMSCEP). O gráfico *Scree Plot* apontou inicialmente para uma estrutura trifatorial da escala.

⁶ O item está relacionado ao fator medo altruista. Portanto, no contexto do instrumento “essa pessoa” diz respeito a uma pessoa próxima ao entrevistado (familiar, parente ou amigo).

Figura 2: Gráfico Scree Plot.**Fonte:** Autores

Uma análise mais detalhada da matriz padrão mostrou o agrupamento dos itens nos fatores pessoal e altruísta, com exceção do item “Acha seguro para criança”, que não carregou em nenhum dos dois. A tabela 1, apresenta os valores obtidos no SPSS para a matriz padrão:

Tabela 1: Matriz Padrão

	Fator		
	1	2	3
C1 ... se preocupa em ser vítima de agressão física?			-,687
C2... se sente seguro em frequentá-lo?			-,173
C3... evitaria frequentá-lo sozinho(a)?			-,569
C4... sente medo de sofrer alguma agressão física?			-,903
C5... acha provável você ser vítima de roubo?			-,934
C6... se preocupa em ser vítima de roubo?			-,745
C7... o acha seguro para crianças?			,759
C8... se preocupa em fazer uso dele estando acompanhado(a)?			-2,31
C9... acha provável alguém atacá-lo(a) fisicamente?			-,616
C10... sente medo de ser atacado(a) por uma pessoa armada?			-,514
C11... orientaria essa pessoa a adotar medidas de segurança para se proteger e não ficar exposta à ação de criminosos?	,897		
C12... se sentiria tranquila se essa pessoa adotasse medidas de segurança para se proteger e não ficar exposta ao ataque de criminosos?	,662		
C13... alteraria seu próprio comportamento para que essa pessoa não seja vítima de criminosos?	,880		
C14... acharia provável que essa pessoa pudesse vir a ser vítima de roubo?	,602		
C15... sentiria medo dessa pessoa vir a ser vítima de criminosos armados?	,552		
C16... consideraria esse local seguro para essa pessoa?	,233		
C17... acharia possível essa pessoa ser vítima de agressão sexual (nesse ambiente)?	,577		
C18... orientaria essa pessoa a evitar passar por esse local para não ser vítima de roubo?	,538		

Fonte: Autores

Em outro prisma, o índice KMO revelou-se elevado ($> 0,92$) e o Teste de esfericidade de Bartlett apresentou-se significante ($p < 0,001$), conforme tabela 2:

Tabela 2: Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem		,927
Testes de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	3282,448
	gl	153
	Sig.	menor que ,001

Fonte: Autores

Em razão das evidências estatísticas obtidas, e à luz da literatura, os itens da EMSCEP foram agrupados para o restante das análises. Apenas o item “Acha seguro para criança” foi excluído, tanto da variável Medo do Crime Geral ($\alpha = 0,94$), quanto dos seus fatores Medo pessoal ($\alpha = 0,90$) e Medo altruísta ($\alpha = 0,90$).

Vencida a análise inicial sobre os itens do Medo do Crime, o próximo passo fez referência à percepção de crimes e prostituição. Nesse ponto, todos os itens apresentaram escores altos de carregamento, assim, foram agrupados na variável percepção de crimes e prostituição ($\alpha = 0,76$).

Tabela 3: Matriz componente

	Componente
	1
B1. Tráfico de droga ou uso de drogas	,693
B2. Assédio Sexual:	,557
B3. Ameaças, brigas ou agressões:	,797
B4. Roubos ou furtos:	,812
B5. Prostituição	,718

Método de Extração: análise de componente principal.

Componentes extraídos.

Fonte: Autores

Por fim, os itens relativos à CPTED foram submetidos ao mesmo procedimento. Dessa forma, os itens B6, B7 e B8 foram retidos ($KMO = 0,68$ e o Bartlett com $p < 0,001$; $\alpha = 0,81$). No caso, como os três itens expressam a CPTED de forma negativa, quanto maior a média obtida maior a ausência de CPTED no local. Além disso, a variável resultante da média dos três itens apresentou casos extremos que foram corrigidos por procedimento de *winsorização* (tabela 4).

Tabela 4: Matriz dos fatores

	Fator
B6. Há sinais de vandalismo, abandono, pichações ou outra desordem física	1 ,801
B7. No local há lugares que sirvam de esconderijo para criminosos ou outros tipos de agressores	,888
B8. Há no local edificações, mobiliário ou iluminação precária que impeçam a visibilidade ou conexão visual?	,613

Método de Extração: fatoração de eixo principal; a1 Fatores extraídos e 14 iterações necessárias.

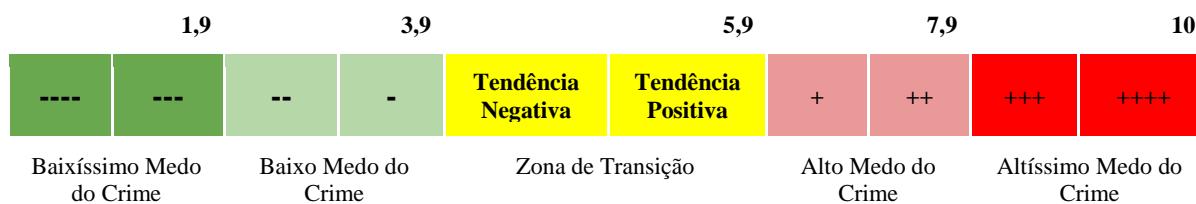
Fonte: Autores

Após análise da normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk ($p < 0,05$) as variáveis contínuas não passaram nos testes. No entanto, essas variáveis apresentaram índices de assimetria e curtose entre 0 e 1; e; 0 e -1, o que supre, para a literatura (Field, 2024; Kline, 2015; Hair, 2010), o pressuposto de normalidade em testes envolvendo regressões, por exemplo.

Por tudo que foi exposto, passadas as inspeções iniciais, o banco de dados ficou pronto para as análises que seguem.

4.1 Resultados das análises descritivas dos dados

A tabela 5 mostra os valores obtidos para a média e o desvio padrão, no que se refere ao medo do crime geral e os seus fatores (pessoal e altruísta). Considerando que uma percepção do medo se encontra no intervalo de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”, os achados para área de estudo de $M = 6,41$ ($DP = 2,00$), indicam um alto medo do crime, conforme padrão estabelecido no Relatório Executivo do 1º Curso de Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED), realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (2021):



Fonte: Autores (2024)

Tabela 5: Média e Desvio-padrão para Medo do Crime na área de estudo

	Média	Desvio-Padrão	Parâmetro
Medo do Crime Pessoal	6,28	2,11	Alto Medo do Crime
Medo do Crime Altruísta	6,55	2,07	Alto Medo do Crime
Medo Geral	6,41	2,00	Alto Medo do Crime

Fonte: Autores

Acerca da percepção dos respondentes referente à Falta de CPTED, os resultados

apontaram carregamentos que caracterizam Alta Falta de CPTED para cada dimensão pesquisada. Da mesma forma que o caso anterior, a percepção dos elementos foi avaliada no intervalo de 0 a 10, onde 0 significa “Nunca” e 10 significa “Totalmente”. A tabela 6 apresenta os valores encontrados:



Fonte: Autores

Tabela 6: Média e Desvio-padrão para percepção das dimensões da CPTED

	Média	Desvio-Padrão	Parâmetro
Imagen/manutenção (item B6 - Vandalismo, abandono, pichações ou outra desordem física)	6,76	2,94	Alta CPTED
Vigilância (item B7 - Lugares que sirvam de esconderijo para criminosos ou outros tipos de agressores)	7,22	2,56	Alta CPTED
Vigilância (item B8 - Edificações, mobiliário ou iluminação precária que impeçam a visibilidade ou conexão visual)	7,19	2,59	Alta CPTED

Fonte: Autores

4.2 Resultados dos testes para comparação entre grupos

A tabela 7 mostra as médias obtidas por sexo para os grupos medo geral e seus fatores (pessoal e altruísta), falta de CPTED (*Winsorizada*) e Percepção de crimes e prostituição:

Tabela 7: Estatística em grupo por sexo

D3_Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Erro de média padrão
Medo do Crime Pessoal	Feminino	7,4410	2,03207	0,25401
	Masculino	5,7822	1,94437	0,15876
Medo do Crime Geral	Feminino	7,6011	1,93051	0,24131
	Masculino	5,8965	1,80739	0,14757
Medo do Crime Altruísta	Feminino	7,7813	1,97630	0,24704
	Masculino	6,0250	1,87905	0,15342
CPTED Winsorizada	Feminino	7,1771	2,04790	0,25599
	Masculino	7,3178	1,67017	0,13637
Percepção de crimes e prostituição	Feminino	4,9938	2,43831	0,30479
	Masculino	3,8907	1,80240	0,14717

Fonte: SPSS, adaptado pelos autores (2024)

Os testes t independentes revelaram uma diferença média significativa, em que as

mulheres reportaram mais medo situacional do crime de forma geral [$t(212) = 6,189$; $p < 0,001$] e nos fatores pessoal [$t(212) = 5,637$; $p < 0,001$] e altruísta [$t(212) = 6,164$; $p < 0,001$].

No fator Medo Pessoal foi verificado o maior tamanho de efeito entre os sexos (tabela 8):

Tabela 8: Medida do efeito entre os sexos

	Geral	Pessoal	Altruísta
D de Cohen	0,71	1,26	1,00

Fonte: Autores

A avaliação da falta de CPTED não revelou diferença estatística significativa entre as médias para os sexos ($p > 0,05$).

Para a percepção de crimes e prostituição, as mulheres ($M = 4,99$; $DP = 2,44$) também reportaram maiores escores em relação aos homens ($M = 3,89$; $DP = 1,80$) ($t(212) = 3,259$; $p < 0,001$).

Os resultados para as pessoas que possuem experiência prévia de vitimização são trazidos na Tabela 9.

Tabela 9: Estatística em grupo por experiência com vitimização

D1_Você já foi vítima da ação de criminosos em espaços públicos em algum momento de sua vida		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	123	5,6052	2,01599	0,18178
	Sim	91	7,1880	1,88567	0,19767
Medo do Crime Geral	Não	123	5,7991	1,91662	0,17282
	Sim	91	7,2269	1,81689	0,19046
Medo do Crime Altruísta	Não	123	6,0173	1,98782	0,17924
	Sim	91	7,2706	1,96155	0,20563
CPTED Winsorizada	Não	123	6,8509	1,69495	0,15283
	Sim	91	7,8498	1,75771	0,18426
Percepção de crimes e prostituição	Não	123	3,5967	1,83124	0,16512
	Sim	91	5,0637	2,08569	0,21864

Fonte: Autores

As pessoas que já passaram por situações de crimes reportaram mais medo geral ($t(212) = -5,51$; $p < 0,001$; $d = 0,75$), maiores escores para a Falta de CPTED ($t(212) = -4,059$; $p < 0,001$; $d = 0,57$) e demonstraram perceber mais crimes e prostituição ($t(212) = -5,46$; $p < 0,001$; $d = 0,76$), com tamanhos de efeito variando de moderado a alto. Fato semelhante foi observado para quem reportou vitimização de pessoas próximas: Medo Geral

($M = 7,32$; $DP = 1,95$ contra $M = 5,74$; $DP = 2,13$; $d = 0,76$), Falta de CPTED ($M = 7,83$; $DP = 1,48$ contra $M = 6,86$; $DP = 1,63$; $d = 0,61$) e Percepção de crimes e prostituição ($M = 5,10$; $DP = 2,45$ contra $M = 3,60$; $DP = 2,22$; $d = 0,65$).

Tabela 10: Estatística em grupo por experiência com vitimização de outrem

D2 Alguma pessoa próxima a você (familiar, parente ou amigo) foi vítima de criminosos, em espaços públicos, nos últimos 12 meses		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	124	5,5618	1,89800	0,17045
	Sim	89	7,2597	2,00049	0,21205
Medo do Crime Geral	Não	124	5,7438	1,84935	0,16608
	Sim	89	7,3278	1,85003	0,19610
Medo do Crime Altruista	Não	124	5,9486	1,97527	0,17738
	Sim	89	7,4045	1,90320	0,20174
Falta de CPTED (Winsorizada)	Não	124	6,8575	1,68052	0,15092
	Sim	89	7,8277	1,77462	0,18811
Percepção de crimes e prostituição	Não	124	3,5839	1,83349	0,16465
	Sim	89	5,1034	2,07783	0,22025

Fonte: Autores

A tabela 11 apresenta as médias por grupo em relação a ter ou não filhos menores de 13 anos. Os testes realizados não apresentaram relações estatisticamente significativas para as variáveis estudadas ($p > 0,05$).

Tabela 11: Estatística em grupo por filhos menores de 13 anos

D6 Filhos menores de 13 anos?		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Medo do Crime Pessoal	Não	149	6,3095	2,21310	0,18130
	Sim	63	6,1587	1,86776	0,23532
Medo do Crime Geral	Não	149	6,4039	2,07299	0,16983
	Sim	63	6,3847	1,84682	0,23268
Medo do Crime Altruista	Não	149	6,5101	2,08602	0,17089
	Sim	63	6,6389	2,03870	0,25685
Falta de CPTED	Não	149	7,2774	1,89095	0,15491
	Sim	63	7,2540	1,55740	0,19621
Percepção de crimes e prostituição	Não	149	4,2268	2,15415	0,17647
	Sim	63	4,1460	1,78351	0,22470

Fonte: Autores

Partindo para os resultados da significância das médias entre os respondentes, a análise de Variância (ANOVA) não encontrou diferenças estatisticamente significativas entre os graus de escolaridade e as demais variáveis dependentes (tabela 12), mais notadamente as

modalidades de medo, a falta de CPTED e a percepção de crimes e prostituição.

Tabela 12: Estatística em grupo por escolaridade

		N	Média	Desvio padrão	Erro padrão
Medo do Crime Pessoal	Fundamental completo e incompleto	75	6,6089	1,92141	0,22187
	Médio completo	64	5,6927	1,99438	0,24930
	Superior completo	75	6,4474	2,29810	0,26536
	Total	214	6,2783	2,10843	0,14413
Medo do Crime Geral	Fundamental completo e incompleto	75	6,5584	1,92007	0,22171
	Médio completo	64	5,9182	1,79588	0,22449
	Superior completo	75	6,6706	2,18612	0,25243
	Total	214	6,4063	1,99985	0,13671
Medo do Crime Altruísta	Fundamental completo e incompleto	75	6,5017	2,09755	0,24220
	Médio completo	64	6,1719	1,83934	0,22992
	Superior completo	75	6,9217	2,18136	0,25188
	Total	214	6,5502	2,06755	0,14133
Falta de CPTED (Winsorizada)	Fundamental completo e incompleto	75	7,5022	1,97079	0,22757
	Médio completo	64	6,9375	1,60563	0,20070
	Superior completo	75	7,3378	1,72205	0,19884
	Total	214	7,2757	1,78772	0,12221
Percepção de crimes e prostituição	Fundamental completo e incompleto	75	4,3573	1,93301	0,22320
	Médio completo	64	3,8781	1,87401	0,23425
	Superior completo	75	4,3760	2,33862	0,27004
	Total	214	4,2206	2,07057	0,14154

Fonte: Autores

Em outro sentido, as ANOVAS mostraram que quanto maior a frequência no local, maiores são os escores das variáveis dependentes estudadas (tabela 13). Os resultados das ANOVAS foram: Medo Geral do Crime [$F(3, 209) = 15,837; p < 0,001$], Medo Pessoal [$F(3, 209) = 12,929; p < 0,001$], Medo Altruísta [$F(3, 209) = 16,574; p < 0,001$]], Falta de CPTED [$F(3, 209) = 14,728; p < 0,05$]], Percepção de Crimes e Prostituição [$F(3, 209) = 39,082; p < 0,001$]].

Tabela 13: Estatística em grupo por frequência no local

		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão
Medo do Crime Pessoal	Raramente	41	4,9295	1,49232	0,23306
	Até duas vezes por semana	12	6,1019	2,76196	0,79731
	De três a cinco vezes por semana	85	6,1150	1,72307	0,18689
	De seis a sete vezes por semana	75	7,2489	2,24922	0,25972
Total	Total	213	6,2853	2,11087	0,14463
	Raramente	41	5,1664	1,47716	0,23069

	Até duas vezes por semana	12	6,1029	2,64118	0,76244
Medo do Crime Geral	De três a cinco vezes por semana	85	6,1218	1,57411	0,17074
	De seis a sete vezes por semana	75	7,4784	2,07757	0,23990
	Total	213	6,4145	2,00090	0,13710
	Raramente	41	5,4329	1,60080	0,25000
Medo do Crime Altruista	Até duas vezes por semana	12	6,1042	2,62734	0,75845
	De três a cinco vezes por semana	85	6,1294	1,58378	0,17178
	De seis a sete vezes por semana	75	7,7367	2,15289	0,24859
	Total	213	6,5599	2,06761	0,14167
	Raramente	41	6,7073	1,40869	0,22000
Falta de CPTED (Winsorizada)	Até duas vezes por semana	12	6,0833	1,80977	0,52243
	De três a cinco vezes por semana	85	7,6784	1,54855	0,16796
	De seis a sete vezes por semana	75	7,3111	2,07685	0,23981
	Total	213	7,2723	1,79123	0,12273
	Raramente	41	2,9756	1,68831	0,26367
Percepção de crimes e prostituição	Até duas vezes por semana	12	2,8167	1,55962	0,45022
	De três a cinco vezes por semana	85	4,5859	1,46313	0,15870
	De seis a sete vezes por semana	75	4,7200	2,53345	0,29254
	Total	213	4,2235	2,07501	0,14218

Fonte: Autores

Finalmente, foram realizadas as análises de regressão linear simples, que demonstraram uma relação estatisticamente significativa para os seguintes casos:

- a. Quanto maior a idade, maior o medo do crime geral ($t = 5,81$, $p < 0,05$), tabelas 14 e 15:

Tabela 14: Resumo do modelo - Medo do Crime Geral x Idade

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,371 ^a	0,137	0,133	1,86176	0,137	33,769	11	212	0,000	1,153

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

Tabela 15: Coeficientes - Medo do Crime Geral x Idade

Modelo	Coeficientes não padronizados		t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
	Erro Padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,476	0,356			3,775	5,177			
D7_Idade	0,046	0,008	0,371	12,585 5,811	0,000 0,000	0,030 0,061	0,371	0,371	0,371

a. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

- b. Quanto maior a idade, maior o medo do crime pessoal ($t = 5,87$, $p < 0,05$), tabelas 16 e 17:

Tabela 16: Resumo do modelo - Medo do Crime Pessoal x Idade

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,374 ^a	0,140	0,136	1,95979	0,140	34,533	1	212	0,000	1,276

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Pessoal

Fonte: Autores**Tabela 17: Coeficientes - Medo do Crime Pessoal x Idade**

Modelo	Coeficientes não padronizados		Beta	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
		Erro Padrão				Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,224	0,374		1,281	0,000	3,486	4,962			
D7_Idade	0,049	0,008	0,374	5,877	0,000	0,032	0,065	0,374	0,374	0,374

a. Variável Dependente: Medo do Crime Pessoal

Fonte: Autoresc. Quanto maior a idade, maior o medo do crime altruista ($t = 5,13$, $p < 0,05$), tabelas 18 e 19:**Tabela 18: Resumo - Medo do Crime Altruista x Idade**

Modelo	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson	
				Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F		
1	,333 ^a	0,111	0,106	1,95449	0,111	26,355	1	212	0,000	1,103

a. Preditores: (Constante), D7_Idade

b. Variável Dependente: Medo do Crime Altruista

Fonte: Autores**Tabela 19: Coeficientes - Medo do Crime Altruista x Idade**

Modelo	Coeficientes não padronizados		Beta	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações		
	B	Erro Padrão				Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante)	4,760	0,373		12,748	0,000	4,024	5,496			
D7_Idade	0,042	0,008	0,333	5,134	0,000	0,026	0,059	0,333	0,333	0,333

a. Variável Dependente: Medo do Crime Altruista

Fonte: Autoresd. Quanto pior a avaliação CPTED (altos valores), maior o escore do medo do crime ($t = 4,29$, $p < 0,05$), tabela 20 e 21:

Tabela 20: Resumo do modelo - Medo do Crime x Falta de CPTED

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
					Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
1	,283 ^a	0,080	0,076	1,92282	0,080	18,408	1	212	0,000	0,915

a. Preditores: (Constante), CPTED Winsorizada

b. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores**Tabela 21: Coeficientes - Medo do Crime x Falta de CPTED**

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	95,0% Intervalo de Confiança para B		Correlações			
	B	Erro Padrão				Beta	Limite inferior	Limite superior	Ordem zero	Parcial	Parte
1 (Constante) CPTED Winsorizada	4,106 0,316	0,552 0,074	0,283	7,437 4,290	0,000 0,000	3,017 0,171	5,194 0,461		0,283 0,283	0,283 0,283	0,283

a. Variável Dependente: Medo do Crime Geral

Fonte: Autores

Não houve significância estatística para idade e CPTED ($t = 1,018$, $p > 0,05$);

De modo geral, os resultados revelam padrões consistentes de percepção de insegurança e baixa efetividade ambiental no espaço analisado, especialmente no que tange à vigilância natural e ao controle de desordens. As diferenças observadas entre grupos reforçam a importância de considerar características individuais e sociais na análise da sensação de segurança. A seguir, esses achados são discutidos à luz do referencial teórico adotado e das implicações para a gestão urbana de territórios vulneráveis.

5 DISCUSSÃO

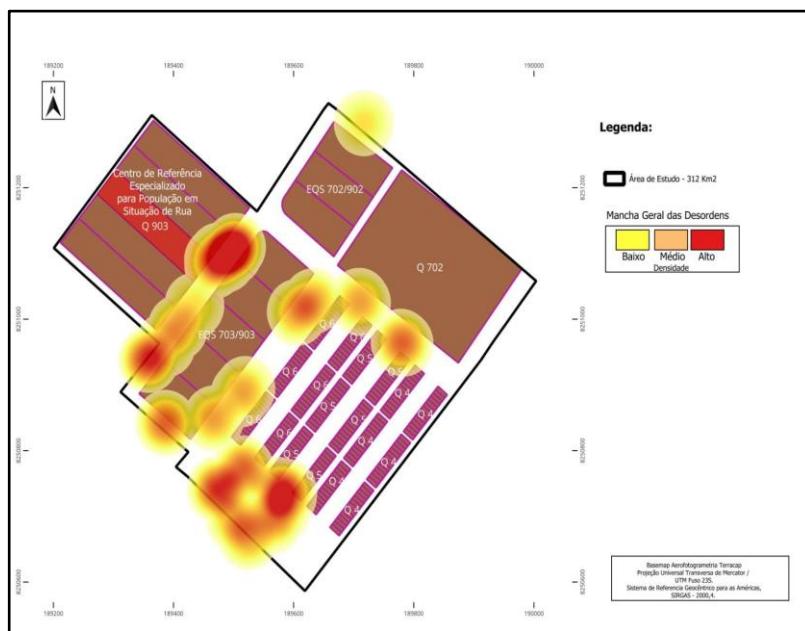
A presente seção discute os principais achados empíricos à luz do referencial teórico adotado, com destaque para a relação entre a percepção ambiental associada à CPTED e os diferentes tipos de medo do crime. São também analisadas as variações entre subgrupos da amostra, buscando identificar padrões explicativos relevantes e implicações para a gestão urbana em contextos de vulnerabilidade social.

Os resultados obtidos estão alinhados com a literatura existente e com estudos anteriores que abordam a relação entre a prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) e o medo do crime. Os dados estatísticos fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal indicam que os delitos mais recorrentes na área pesquisada e em seu entorno são as ameaças e os chamados crimes de oportunidade, como furtos e roubos.

A análise da mancha de desordens revelou pontos críticos de vulnerabilidade: na porção superior da área, próxima ao Centro POP, concentram-se desordens sociais; já entre as quadras

residenciais, observou-se maior incidência de desordens físicas, sobretudo relacionadas à falta de manutenção e à ausência de vigilância natural, aspectos diretamente vinculados às dimensões da CPTED. Assim, verifica-se no ambiente oportunidades para o cometimento de delitos, de maneira que as desordens físicas e sociais encontradas na região são elementos facilitadores.

Figura 3: Mancha das desordens físicas e sociais.



Fonte: Autores (2024)

Os questionários aplicados buscaram justamente aferir a percepção dos respondentes acerca da temática. As análises estatísticas descritivas indicaram um alto carregamento para o medo do crime geral ($M = 6,41$). Este valor é significativo, quando se observa que ele é 29,3% superior ao encontrado em outras regiões do Distrito Federal ($M = 4,96$), com aplicação de mais de 3.000 questionários (SENNA, 2022).

Da mesma forma, os itens da CPTED foram avaliados com altos escores, mostrando avaliação negativa do espaço físico por parte dos seus frequentadores. Esses resultados podem significar que o medo faz parte da região, e que, associado à falta de manutenção do espaço e inexistência da vigilância natural em alguns pontos, traduz-se em níveis elevados de insegurança.

Os primeiros testes de comparação em grupo revelaram que em média as mulheres ($M = 7,44$) sentem mais medo que os homens ($M = 5,78$), e que esta diferença é significativa estatisticamente. Igualmente, a percepção de crimes e prostituição pelo sexo feminino ($M = 4,99$) é superior aos homens ($M = 3,89$), corroborando a ideia de vulnerabilidade desse grupo. Esses achados são ainda mais importantes quando se leva em conta que o maior efeito percebido

entre os sexos é para o medo do crime situacional, que é disparado justamente por questões específicas do ambiente físico e social (Senna, 2022).

Apesar das mulheres apresentarem maior medo pessoal, a percepção dos princípios da CPTED não variou significativamente entre os sexos. Esse achado pode indicar que o medo do crime, embora influenciado por condições ambientais, também está fortemente relacionado a construções socioculturais de gênero, conforme apontam estudos de Madriz (1997) e Valentine (1989). Isso reforça a importância de políticas que considerem tanto variáveis objetivas quanto subjetivas na promoção da segurança urbana.

Acerca da avaliação da CPTED não foi indicada diferença significativa entre os sexos ($M = 7,17$ e $7,31$), sugerindo que o descaso com o espaço físico é percebido e avaliado, estatisticamente, da mesma forma por homens e mulheres.

As pessoas que já passaram por situações de crimes reportaram mais medo geral, maiores escores para a Falta de CPTED e demonstraram perceber mais crimes e prostituição. Fato semelhante foi observado para quem reportou vitimização de pessoas próximas. Esses achados sugerem que, mesmo sendo o medo emocional e socialmente construído, a percepção de risco é racional e individualmente calculada (CHON e WILSON, 2016). Além disso, a avaliação negativa da CPTED no ambiente também pode ser potencializada por experiências pregressas.

Diferentemente do que se poderia esperar, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nos escores de medo altruísta entre pessoas com e sem filhos menores de 13 anos, indicando efeito não relevante, ainda que esse tipo de medo esteja teoricamente associado à preocupação com a vitimização de entes próximos. Uma possível explicação reside nas características da amostra, composta majoritariamente por indivíduos em situação de vulnerabilidade, o que pode relativizar prioridades familiares. Por outro lado, no fator “medo pessoal”, observou-se o maior tamanho de efeito entre os sexos, indicando que, embora homens e mulheres percebam riscos semelhantes para terceiros, o medo da própria vitimização é mais acentuado entre as mulheres.

Os resultados da significância das médias não encontraram diferenças entre os graus de escolaridade e as modalidades do medo, a falta de CPTED e a percepção de crimes e prostituição. Especificamente, para o medo do crime, os achados vão na contramão de outras pesquisas realizadas no Distrito Federal, onde ocorrem escores mais elevados entre os mais pobres (Costa; Durante, 2019). Pode-se imaginar, como justificativa, o fato de a maioria dos respondentes que possuem grau de escolaridade menor (fundamental completo e incompleto) serem os moradores em situação de rua (67%), e que a normalização da violência urbana

presenciada diariamente faz com que as pessoas não vivenciem níveis elevados do medo do crime.

Ainda, sobre os estudos de significância, a pesquisa apontou que quanto maior a frequência no local, mais elevadas são as médias das variáveis relacionadas ao medo, à percepção de ausência de princípios da CPTED e à presença de crimes e prostituição. Esse resultado era esperado, considerando que os moradores, principais frequentadores da área, vivenciam cotidianamente cenas de desordem e violência urbana. Em contextos como esse, estudos apontam que sinais de desordem e violações da territorialidade tendem a exercer maior impacto sobre o medo do crime do que a simples ausência de vigilância natural. Como destaca Senna (2022), em locais amplamente conhecidos e ocupados pela comunidade, “a territorialidade pode produzir efeitos mais expressivos sobre o medo do crime do que a vigilância natural”. Isso reforça a importância de intervenções voltadas à requalificação simbólica e funcional dos espaços, com vistas à sua apropriação legítima e contínua pelos usuários.

Já as regressões lineares foram utilizadas para correlacionar outras variáveis no estudo. Seguindo a mesma linha de pesquisas realizadas no Brasil sobre o medo do crime, como a de Silva e Beato Filho (2013), e Senna (2022), os valores encontrados apontam para uma tendência de maior medo do crime para pessoas mais velhas, tanto para o medo situacional quanto o altruísta.

Acerca dos efeitos das características físicas do ambiente no medo do crime, a regressão linear utilizada mostrou que, quanto pior a avaliação CPTED (altos valores para a falta de CPTED), maior o escore do medo do crime. Essa dinâmica está de acordo com o que foi hipotetizado inicialmente, e demonstra que, a ausência de cuidados dos espaços públicos impacta negativamente a sensação de segurança, fenômeno nem sempre associado às taxas criminais per si.

Por tudo que foi exposto, é de pensar na correlação estreita que existe entre desordens físicas e sociais, criminalidade e medo do crime. Nesse sentido, melhorias pontuais de algumas dimensões da CPTED, por si só, poderiam mitigar fatores geradores de crime e aumentar a sensação de segurança.

Os resultados obtidos confirmam que a percepção do medo do crime não pode ser dissociada das características do ambiente urbano, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. A abordagem CPTED se mostra útil como ferramenta diagnóstica e potencial base para intervenções situacionais mais eficazes. Na próxima seção, são apresentadas as conclusões gerais do estudo, bem como recomendações práticas para a política pública de

segurança urbana.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os princípios básicos da CPTED e sua relação com o medo do crime na área do Centro POP de Brasília e suas adjacências (Asa Sul, DF). Na etapa anterior à aplicação dos questionários, os autores buscaram informações sobre atividade criminosa da região. Já na fase da revisão bibliográfica, ficou perceptível a violação das dimensões da CPTED, notadamente, a vigilância natural e a ausência de manutenção, fato que foi confirmado com o levantamento *in loco*, que georreferenciou as principais desordens físicas e sociais do local.

Apresentados os resultados e realizadas todas as discussões, os achados sugerem a confirmação da hipótese inicial do trabalho, no sentido que indica a relação de desordens físicas no desenho ambiental ao favorecimento da atividade criminosa e, consequentemente, o aumento da percepção de insegurança dos frequentadores e da comunidade local.

Estudos contemporâneos como os de Németh e Hollander (2010) e Stolz *et al.* (2022) também evidenciam que a presença de pessoas em situação de rua — sobretudo em locais degradados e sem mediação social — é percebida como indício de insegurança por parte de muitos usuários urbanos, e que isso está fortemente relacionado a uma resposta comportamental de evitação. Portanto, é possível inferir, por exemplo, que o uso intensivo do espaço público por pessoas em situação de vulnerabilidade social, aliado à presença de desordens físicas e à incidência de crimes, pode contribuir para o aumento da percepção de insegurança e afetar negativamente o bem-estar dos demais usuários da região. Diversos estudos indicam que a percepção de medo do crime está associada à redução do bem-estar subjetivo, comprometendo aspectos como satisfação com a vida, saúde mental e sensação de liberdade (Lauzen; Fox, 2020). Dessa forma, destaca-se a contribuição do presente estudo no tocante à compreensão da percepção do crime na área analisada.

Este estudo não teve por objetivo propor intervenções para o local. Contudo, a partir dos achados, pode-se inferir que ações de baixo custo no âmbito da CPTED — como poda de árvores e roçagem, recuperação de espaços e da iluminação pública, melhorias na limpeza urbana e retirada de obstáculos que dificultam a vigilância natural — podem contribuir diretamente para a melhoria dos indicadores levantados. Vale destacar que, após a coleta de dados realizada em dezembro de 2023, algumas dessas medidas passaram a ser implementadas no ambiente pesquisado, como o plantio de árvores em locais estratégicos, a manutenção regular de viaturas, a revitalização de calçadas e a ampliação da iluminação pública. Tais ações,

alinhas às diretrizes da CPTED, têm o potencial de reduzir desordens, aumentar a sensação de segurança e mitigar o medo do crime na região.

Outra contribuição do estudo vai ao encontro das diretrizes da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal (Decreto 42.831/2021), no tocante ao fortalecimento das ações de prevenção e de atendimento prioritário. Assim, além da situação de vulnerabilidade social, já conhecida, dos usuários do Centro POP, os testes estatísticos sugerem que as mulheres e as pessoas mais velhas tendem a informar maiores valores para o medo geral e seus fatores. Tal indicação pode ser utilizada para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse universo.

Por fim, quando se tem como foco a CPTED, a segurança pública passa a convidar todos a fazerem os seus papéis, com o desenvolvimento de ações e atitudes que possam melhorar as condições físicas e sociais do espaço público, como o monitoramento de pessoas estranhas ao ambiente, o acolhimento digno e articulado em rede das pessoas em situação de rua, e a implementação de programas com atividades comunitárias que promovam o pertencimento e o uso positivo do espaço. Conforme ressaltam Saville e Cleveland (2013), abordagens contemporâneas da CPTED devem ser sensíveis às dinâmicas sociais e comprometidas com a inclusão, evitando intervenções que aprofundem desigualdades ou marginalização.

Como sugestão para trabalhos futuros, propõe-se o aprimoramento do instrumento aplicado, com ampliação dos itens para captar todas as dimensões da CPTED, bem como a retirada das questões que não guardam relevância com os objetivos iniciais.

Pesquisas como esta evidenciam, para além da estatística aplicada, que a organização do espaço nos grandes centros urbanos está como um dos fatores que impactam na avaliação do medo do crime, cabendo aos gestores públicos e às forças de segurança observarem esta dinâmica no planejamento de suas estratégias.

REFERÊNCIAS

BONDARUK R. L. **A prevenção do crime através do desenho urbano**, Curitiba, Edição do Autor, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm. Acesso em:

26 dez. 2023.

CHON, D. S.; WILSON, Mary. Perceived Risk of Burglary and Fear of Crime: Individual and Country-Level Mixed Modeling. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, vol. 60, n. 3, p. 308-325, 2016.

COSTA, A. T. M., DURANTE, M, O. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, 2019, 12.2: 239-265.

COZENS, P. M.; SAVILLE, G; HILLIER, D. Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED): A Review and Modern Bibliography. **Journal of Property Management**. v. 23, n. 5, p. 328-356, 2005.

CROW, W. J. **The crime prevention through environmental design handbook**. Washington, D.C.: National Crime Prevention Council, 1991.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019**. Institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal e dá outras providências.

_____. Decreto **nº 42.831, de 17 de dezembro de 2021**. Aprova o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social - PDISP, instituído pela Lei Distrital nº 6.456/2019, nos termos do art. 22, § 5º, da Lei Federal nº 13.675/2018 e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/227c2c6650e84ae38f50525e0d55d01f/Decreto_42831_17_12_2021.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. Decreto **nº 45.165, de 14 de novembro de 2023**. Dispõe sobre o Programa DF Mais Seguro - SEGURANÇA INTEGRAL e dá outras providências.. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b374fb6e63274b3ebd6287a1deabfdb2/Decreto_45165_14_11_2023.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. Sage. 2013. Figueiredo, E. A. Uma reflexão sobre a recente redução da violência no Brasil. 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

GABRIEL, U.; GREVE, W.. The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. **British journal of criminology**, 2003, 43.3: 600-614.

HAIR, J. F. et al. **Multivariate data analysis**. 7th ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2010. 800 p.

HALE, C.. Fear of crime: A review of the literature. **International review of Victimology**, 1996, 4.2: 79-150.

HEBER, A. "“The worst thing that could happen”: On altruistic fear of crime." **International Review of Victimology** 16.3 (2009): 257-275.

HOAGLIN, D. C.; IGLEWICZ, B. Fine-Tuning Some Resistant Rules for Outlier Labeling. **Journal of the American Statistical Association**, v. 82, n. 400, p. 1147–1149, 1987.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 4th ed. New York: Guilford Press, 2015. 534 p.

LAUZEN, J. M.; FOX, K. A. Fear of crime and its impact on well-being: A longitudinal study of perceived safety and quality of life. **Journal of Community Psychology**, vol. 48, n. 3, p. 814–828, 2020.

LETCH, J., MCGLINN, E., BELL, J. F., DOWNING, E., & COOK, D. M. **An exploration of 1st and 2nd generation CPTED for end of year school leavers at Rottnest Island**. The fourth Australian Security and Intelligence Conference. Cowan University, Perth Western Australia. 2011.

LORENC, T., et al. Crime, fear of crime, environment, and mental health and wellbeing: mapping review of theories and causal pathways. **Health & place**, 2012, 18.4: 757-765.

MADRIZ, Esther. Latina teenagers: Victimization, identity, and fear of crime. **Social Justice**, v. 24, n. 4, p. 39–56, 1997.

MARZBALI, M. H.; ABDULLAH, A.; TILAKI, M. J. M. The effectiveness of interventions

in the built environment for improving health by addressing fear of crime. **International Journal of Law, Crime and Justice**, 2016, 45: 120-140.

MIHINJAC, M.; SAVILLE, G. Third-Generation Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). **Social Sciences**, Basel, v. 8, n. 6, p. 1-19, 2019. DOI:10.3390/socsci8060182

NÉMETH, J.; HOLLANDER, J. Security by Design: New Approaches to Public Space. **Environment and Planning**, vol. 42, n. 10, 2010.

NETO J. S., Lima; VIEIRA T. Augusto. **A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano**. Revista Ordem Pública e Defesa Social. vol. 7, n. 1, 2014.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2023-2034/Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal**. Brasília: PMDF – Comissão do Plano Estratégico, 2022. 1 ed.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. **1º Curso de Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED)**. Relatório Executivo de Conclusão de Curso, 2021.

SAVILLE, G.; CLEVELAND, G. Second-generation CPTED: The rise and fall of opportunity theory. In: **Atlas, R. (Org.). 21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention**. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2013.

SENNA I. **Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente (CPTED) e o Medo do Crime: Teoria, Mensuração, Efeitos e Aplicações**. 2017. 163 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

_____. **Crime e medo: Desenvolvimento de um modelo multi-método de Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) para espaços públicos urbanos e rurais**. 2022. 232 p. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

SENNA, I.; ODORICO, A. A. ; ISMAIL, J. M. ; IGLESIAS, F. Ninguém está seguro!: Efeitos da Prevenção Criminal pelo Design Ambiental (CPTED) no Medo do Crime Pessoal e Altruísta.

Revista Brasileira de Segurança Pública, v. , n. , p., no prelo.

SENNA, I.; IGLESIAS, F.; MATSUNAGA, L. Heiki. Measuring the effects of Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) on fear of crime in public spaces. **Crime Prevention and Community Safety**, London, v. 27, 2025.

SILVA, B. F. A.; FILHO, C. C. B. **Ecologia social do medo: Avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime**. 2013. Revista Brasileira de Estudos de População, 30, S155–S170.

TASCA, J. E. **A contribuição da avaliação de desempenho, como um instrumento de apoio à decisão, para a prevenção ao crime baseada no ambiente**. 2013. 350 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken Windows: The police and neighborhood safety. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 249, n. 3, p. 29-38, mar. 1982.

VALENTINE, Gill. **The geography of women's fear**. Area, Oxford, v. 21, n. 4, p. 385-390, dez. 1989.

Submissão: 26/01/2025

1a. Revisão: 15/05/2025

Aceite: 03/07/2025